

ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-10-2023.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alex Buyu, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/20 (Processo nº 0053/20), de autoria de Fernanda Jardim; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 0478 e 619/23 (Processo nºs 0810 e 1054/23, respectivamente), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 571/23 (Processo nº 0962/23), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 597/23 (Processo nº 1017/23), de autoria de Engº Comassetto; o Projeto de Lei do Legislativo nº 598/23 (Processo nº 1018/23), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 607/23 (Processo nº 1028/23), de autoria de Biga Pereira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 622/23 (Processo nº 1059/23), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Resolução nº 078/23 (Processo nº 1021/23), de autoria de Juan César Savedra; e os Projetos de Resolução nºs 080 e 083/23 (Processo nºs 1045 e 1070/23, respectivamente), de autoria de Pedro Ruas. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Juliano Marchant Dornelles, Coordenador de comunicação da Pequena Casa da Criança, que se pronunciou acerca do trabalho e das necessidades da instituição nas áreas da educação, da assistência social e da profissionalização. Na oportunidade, foram registradas as presenças de Vanessa Martins e Jeandro Michael, respectivamente supervisora operacional e analista de comunicação da Pequena Casa da Criança. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e vinte e nove minutos às quatorze horas e trinta e cinco minutos. Após, em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Moisés Maluco do Bem. Às quatorze horas e cinquenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento, colocado em votação por Hamilton Sossmeier, presidindo, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Resolução nº 004/23 (Processo nº 0008/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em

Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 028/23 (Processo nº 0951/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Conceição, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 193/23 (Processo nº 1038/23), após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, por dezenove votos SIM e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Giovani Culau e Coletivo, tendo votado Sim Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Psicóloga Tanise Sabino em ter votado favoravelmente ao Requerimento nº 193/23. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 360/23 (Processo nº 0632/23), após ser discutido por Mauro Pinheiro, por trinta e dois votos SIM, tendo votado Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 011/23 (Processo nº 0029/23), após ser encaminhado à votação por Alvoni Medina. Idenir Cecchim formulou Requerimento verbal, solicitando a apreciação imediata, e em bloco, do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/23 (Processo nº 0853/23) e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/23 (Processo nº 0838/23). Hamilton Sossmeier, presidindo, esclareceu que não é possível a formação de bloco de projetos, sendo necessária a votação separadamente, mas a antecipação na apreciação é possível. Mônica Leal formulou Requerimento verbal, solicitando a priorização e apreciação imediata do Requerimento nº 198/23 (Processo nº 1083/23). Fernanda Barth formulou Requerimento verbal, solicitando a priorização e apreciação, após a apreciação do Requerimento nº 198/23, solicitada por Mônica Leal, do Requerimento nº 197/23 (Processo nº 1082/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim solicitando a antecipação de apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/23 e do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/23. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/23 (Processo nº 0853/23), após ser encaminhado à votação por Engº Comassetto. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/23 (Processo nº 0838/23). Ainda, foi registrada a intenção de Fernanda Barth em ter votado contrariamente ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/23. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Mônica Leal,

solicitando inclusão do Requerimento nº 198/23 na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão, por dezenove votos SIM e seis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Alvoní Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa e Pedro Ruas. Em Votação, foi apreciado o Requerimento nº 198/23 (Processo nº 1083/23), após ser encaminhado à votação por Mônica Leal, Fernanda Barth, Roberto Robaina e Ramiro Rosário. Pedro Ruas formulou Requerimento verbal, solicitando a formação de bloco de proposições para votação dos Requerimentos nºs 197 e 198/23. Hamilton Sossmeier, presidindo, suspendeu a apreciação do Requerimento nº 198/23, para colocar em votação o Requerimento verbal de Fernanda Barth, solicitando a priorização do Requerimento nº 197/23. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando inclusão do Requerimento nº 197/23 na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal de Pedro Ruas, solicitando a formação de bloco de proposições para votação em conjunto dos Requerimentos nºs 197 e 198/23, tendo os encaminhamentos à votação já feitos ao Requerimento nº 198/23 convalidados como sendo ao bloco de requerimentos. Em Votação, foram apreciados, em bloco, os Requerimentos nºs 197 e 198/23, após serem encaminhados à votação por Pedro Ruas, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Tiago Albrecht, Psicóloga Tanise Sabino, Idenir Cecchim e Jonas Reis. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta minutos às dezesseis horas e cinquenta e três minutos. Foram aprovados os Requerimentos nºs 197 e 198/23 por vinte votos SIM e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Alvoní Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta e seis minutos às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando a priorização e apreciação imediata do Requerimento nº 199/23 (Proc. nº 1085/23). Em Votação, foi apreciado o Requerimento nº 199/23 (Processo nº 1085/23), após ser encaminhado à votação por Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli e Tiago Albrecht. Em seguida, foi declarada nula a votação do Requerimento nº 199/23, em virtude de falta de quórum, em votação nominal solicitada por Ramiro Rosário e Jessé Sangalli, com nove votos SIM, tendo votado Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezessete horas e onze minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente

declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Moisés Maluco do Bem e Airto Ferronato. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da entidade Pequena Casa da Criança, que tratará de assunto relativo ao trabalho e às necessidades da instituição nas áreas de educação, assistência social e profissionalização. Prestigiam ainda este momento a Sra. Vanessa Martins, supervisora operacional da Pequena Casa da Criança, e o Sr. Giandro Michael, analista de comunicação. O Sr. Juliano Dornelles, coordenador do voluntariado e doações da Pequena Casa da Criança, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JULIANO DORNELLES: Boa tarde à Mesa Diretora, às senhoras e senhores vereadores de Porto Alegre; como foi informado eu me chamo Juliano Dornelles, faço parte da equipe de trabalho da Pequena Casa da Criança, onde atuo como coordenador de voluntariado e de doações. A Pequena Casa da Criança é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos que fica localizada na comunidade da Vila Maria da Conceição, no bairro Partenon, aqui em Porto Alegre. Atua nas áreas de educação, assistência social e de profissionalização tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento integral da pessoa humana em todas as suas dimensões, físico, cognitivo, emocional, espiritual e social, para geração de um impacto socioeconômico da região em que atua. Fundada em 1956 pela irmã Nely Capuzzo, da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, cujo carisma é ir em busca dos mais necessitados. A Pequena Casa da Criança atende cerca de 950 pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e diariamente oferece 1.500 refeições. Dentre os projetos oferecidos pela Pequena Casa da Criança estão a escola de educação infantil e ensino fundamental, onde 419 crianças são atendidas, sendo mais da metade em turno integral. O serviço de convivência em fortalecimento de vínculos que promove oficinas no contraturno escolar para 156 atendidos de seis a 17 anos; grupo de idosos atendendo cerca de 80 indivíduos; o projeto Ação Rua voltado ao atendimento de crianças em situação de trabalho infantil e de moradores de rua, que é localizado na região do Cruzeiro e do cristal, e o Programa Jovem Aprendiz que promove a inserção no mercado de trabalho de mais de 50 jovens das comunidades da zona Leste de Porto Alegre, Partenon, São José. O atendimento

psicológico e o serviço social, também da entidade, atendem a comunidade e os atendidos da instituição. Para seguir o atendimento a centenas de famílias a Pequena Casa da Criança conta com o apoio de diversos setores da sociedade, essa é uma realidade de entidades do Terceiro Setor que é a busca constante por recursos financeiros que possibilitem a execução dos seus serviços. Essas entidades não possuem lucros financeiros em suas atividades, mas tem uma alta demanda para custear estruturas e seus colaboradores. As entidades do Terceiro Setor cumprem um papel importantíssimo no atendimento às comunidades vulneráveis em todo o Brasil, em Porto Alegre o Terceiro Setor executa 90% do serviço de assistência. Essas entidades estão inseridas no coração das comunidades de Porto Alegre convivendo diariamente com a desigualdade econômica e social. Nesse sentido, a presença da Pequena Casa da Criança hoje na Tribuna Popular tem como objetivo sensibilizar a sociedade aqui representada pelos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. O Terceiro Setor precisa de visibilidade, de recursos e de iniciativas que ajudem a manter os serviços e a garantia de direito dessas comunidades. Eu, aqui, gostaria de agradecer a Ver.^a Lourdes Sprenger que nos cedeu o espaço para Tribuna Popular no dia de hoje; gostaria de mencionar também o Ver. Pedro Ruas e a Ver.^a Mari Pimentel que atuam e destinam emendas para a comunidade e para a Pequena Casa da Criança. Gostaria também de mencionar o Ver. Oliboni que atua com a comunidade da Vila Maria da Conceição ajudando a manter as tradições culturais e também a organização comunitária da Vila Maria da Conceição. O que nós, da Pequena Casa, trazemos hoje aqui na Câmara de Vereadores para todos os vereadores e também a quem nos assiste pela TVCâmara é o pedido para que as entidades do Terceiro Setor sejam olhadas com carinho. Nós somos responsáveis pelo atendimento na ponta das principais comunidades da cidade, as comunidades mais vulneráveis, as comunidades que necessitam de serviços e da presença do estado. Hoje nós somos responsáveis por 90% dos serviços que são executados, muitos desses serviços são realizados em parceria com a Fasc, a nossa Fundação de Assistência Social e Cidadania, da cidade. São serviços muito importantes que ajudam as comunidades mais carentes a ter acesso à educação, à cultura, à assistência, à saúde. Na Pequena Casa da Criança, localizada na rua Mário De Artagão, nº 13, também funciona a unidade de saúde da comunidade, unidade de saúde que utiliza o espaço da instituição numa parceria também com a Secretaria Municipal de Saúde para fazer o atendimento a toda aquela comunidade ali localizada na Vila Maria da Conceição. Então, nós temos há muitos anos uma parceria com o poder público municipal, parcerias com vereadores da cidade que nos ajudam a estender o braço da assistência para essa comunidade. Mas é muito importante que o apoio dos Srs. e Sras. Vereadoras, que o apoio da comunidade de Porto Alegre siga acontecendo, para que o nosso serviço não cesse, para que o nosso serviço continue tendo o objetivo e a missão de fazer com que o desenvolvimento socioeconômico daquela comunidade aconteça. Nós atuamos há 67 anos nessa comunidade e nos dá muito orgulho poder contar com o apoio de vocês. Agradeço novamente à Mesa Diretora, agradeço novamente à Ver.^a Lourdes e a todos os vereadores que conhecem e apoiam a Pequena Casa. Aqueles que ainda não tiveram oportunidade de nos visitar, eu deixo aqui o nosso convite. As portas da Pequena Casa da

Criança estão abertas para que vocês possam conhecer o nosso trabalho, para que vocês possam apoiar o nosso trabalho, para que a comunidade da Vila Maria da Conceição possa ter os seus direitos garantidos. Muito obrigado. Uma boa tarde.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos a presença do Sr. Juliano Dornelles, representante da Pequena Casa da Criança. Como Presidente da Casa, quero parabenizar a Pequena Casa da Criança, na pessoa do Sr. Juliano Dornelles e também da Angela Bozzetto. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h29min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h35min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente. (Ausente.)
O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, prometo ser sucinto e não utilizar todo tempo previsto para o Grande Expediente, para enfrentarmos a pauta. Porém, não poderia deixar de falar, neste momento difícil que nós vivemos, sobre esse final de semana sangrento que nós atravessamos e para fazer algumas manifestações importantes sobre algo que muitos aqui levam para sua vida, que é enfrentar o silêncio dos bons. Para muitos, o que mais incomoda é o silêncio dos bons, muito mais do que o barulho dos maus. E eu não posso ficar calado perante algumas atrocidades que estão ocorrendo no mundo. Então, falo objetivamente do conflito provocado pelos terroristas do Hamas, que assassinaram, sequestraram, invadiram e fizeram todas as atrocidades contra a humanidade nesse final de semana. E lamento profundamente que alguns políticos ainda têm a cara de pau de, em troca de algumas curtidas ou de fomentar uma bolha do ódio, apoiar esse tipo de ação que o Hamas teve e executou nesse final de semana. São políticos que, acima da humanidade, defendem uma cor, uma ideologia, alguns apoiadores e adoram militar nas redes. Inclusive teve um partido político que fez uma nota oficial apoiando o Hamas e pregando o fim de Israel, falo do Partido da Causa Operária. Nós, num país livre e democrático, deveríamos exigir a cassação inclusive do registro desse partido como um partido que integra um sistema democrático e livre no Brasil. Mas eu quero fazer um paralelo rápido entre o Hamas - e que não se confunda o Hamas com o Estado da Palestina ou com o governo da Palestina; o Hamas não é o governo da Palestina – e o Putin e a Rússia. Por um motivo simples: se a Rússia hoje parar de assassinar ucranianos, de invadir o território do povo ucraniano, se

simplesmente ele decidir parar, o que que acontece? Simplesmente o povo ucraniano vai continuar em paz, vai recuperar o seu território se os russos retornarem para o seu país. Então, o fim desse conflito está na mão, sim, do Putin, da Rússia. Alguns aqui - inclusive o Presidente do nosso País -, infelizmente, mentem, dizendo que resolveriam tudo com uma mesinha e uma cervejinha. E ainda dão a entender que colocar panos quentes em cima da cabeça de Vladimir Putin é o caminho mais equilibrado. Balela! História para boi dormir! É um fanfarrão. A mesma coisa quero falar sobre o Hamas. Se o Hamas decidir parar - o que não fará - o que acontece com o povo de Israel? Vai continuar vivendo a sua paz, porque as pessoas, caso não saibam, em 2005, a Faixa de Gaza foi entregue ao estado da Palestina, que foi expulso pelo Hamas. O Fatah, que recebeu a Faixa de Gaza foi expulso por esse grupo terrorista. Repito: não misturem o Hamas, um grupo assassino e terrorista, com o governo da Palestina.

Quero também dizer que 20 mil pessoas, diariamente, que moram na Faixa de Gaza, trabalham em Israel, porque Israel paga 7,1 vezes mais por mês nos seus salários do que na Faixa de Gaza. São 300 caminhões, se não me engano, que atravessam a Faixa de Gaza para Israel e, no fim do dia, retornam para Israel com produtos, vendas, *etc.* Então, alguns políticos dizem que a Faixa de Gaza está proibida entrada e a saída é uma mentira estapafúrdia. Desde 2005, não existe nenhum judeu trabalhando na Faixa de Gaza, então, quem é que faz *apartheid*? Quem é que provoca uma – nos termos deles – exclusividade étnica? É o Hamas, não Israel.

O jargão do Hamas, alguém sabe aqui um dos jargões oficiais e famosos do Hamas? Eu vou dizer para vocês para ver se dá para apoiar um grupo terrorista como esse: “Amamos a morte tanto quanto os judeus amam a vida”. Isso não fui eu que inventei, é um jargão do Hamas.

Então, ver políticos de Porto Alegre, políticos com mandato, políticos do Estado, nas suas redes sociais postando *cards* de apoio ao Hamas... Eu sei que não é um conflito fácil, é histórico, tem fundo religioso, mas quero lembrar também que o estado árabe, os palestinos estão em mais de 20 países no mundo; o estado de Israel é um só e é menor que El Salvador, por que eles não podem ter o seu estado? Porque o que prega o Hamas é o fim de Israel. Então, é inadmissível que qualquer político, qualquer política faça a defesa de um grupo terrorista que está assassinando mulheres, usando crianças de escudo humano, sequestrando pessoas e que tenham feito o que fizeram. O conflito vai terminar agora? Não, infelizmente. Mas nós, como sociedade, permitir o discurso de que exista qualquer tipo de apoio ao terrorismo? Eu lamento muito que alguns, até vereadores, ou que deputados façam, nas suas redes sociais, algum tipo de apoio sobre isso.

Gostaria também de finalizar, no tempo que me resta, de falar sobre CPI, as CPIs da educação, e dizer publicamente que, quanto mais as pessoas acreditarem que pelo nosso governo, o governo do PSDB, ter sido vítima de tentativas de assassinato de biografias, num processo de sangria, um ano antes da eleição, como ocorreu no nosso governo, que por nós termos sido vítimas disso, nós possamos ignorar o que a gente acha justo. E falo aqui honrosamente em nome da bancada, em nome do líder da nossa bancada,

Ver. Gilson, em nome do vice-líder, Conselheiro Marcelo. Se nós do PSDB poderíamos entrar nesse jogo para dar o troco, numa mesma moeda, assim não o faremos.

É uma vergonha o que está em andamento, a tentativa de assassinato de algumas biografias. É uma vergonha o que está sendo feito, de criminalizar aqui processos que não são criminosos, e falo da adesão à ata da inexigibilidade e falo do prefeito Sebastião Melo, falo dos seus secretários em dizer publicamente aqui, neste Grande Expediente: nós, bancada do PSDB, não vamos fazer esse jogo baixo, vil, medonho, que a política proporciona, onde os fins deveriam justificar os meios. Se os meios forem assassinar biografias, como está acontecendo aqui – e já concedo o aparte –, só falta distribuírem santinho aqui de candidatura de prefeitura aqui nas reuniões. Nós do PSDB vamos manter a coerência. O que foi injusto no passado e o que foi eleitoreiro no passado, se continuar injusto e eleitoreiro, nós seremos diariamente contra. Por favor, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Moisés, eu não poderia esperar um outro pronunciamento a não ser esse que V. Exa. fez, de coerência e de coragem. O senhor disse muito bem, na tentativa de manchar biografias, hoje conseguiram confundir dois Ramiros, o Ramiro lá de trás com o Ver. Ramiro, com a vontade de manchar. Eu queria cumprimentar V. Exa. por ter essa coragem de dizer que ninguém tem medo aqui de enfrentar acusações levianas.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, explico rapidamente para quem não entendeu, é que no olho do furacão da batida policial, de uma das batidas policiais noticiadas no dia de hoje, exploradas pela Ver.^a Mari Pimentel de forma eleitoreira, é um processo, Ver. Bosco. É um processo antigo, que passou pela nossa gestão, que veio inclusive antes da nossa gestão, que tem um servidor público de nome Ramiro, pelo que eu vejo no relatório da Polícia Civil, que está sendo investigado, e aqui foi usado nas redes como se fosse algo do governo Melo, algo da CPI – é uma baixezinha, é um jogo terrível. Eu quero avisar aqui, já que eu citei a Ver.^a Mari Pimentel, que não tente de jeito nenhum buscar no PSDB algum revanchismo ou alguma jogada eleitoreira, que nós não vamos participar. Eu quero também aproveitar o meu momento sincericida, para dizer o seguinte: o PSDB está estudando um projeto a ser apresentado no ano que vem, mas isso não transforma o atual gestor, o prefeito Sebastião Melo, em inimigo, isso não pode existir na alta política, na democracia. Se nós tivermos candidatura, vai ser por um projeto, então, quero deixar claro que nós vamos continuar aqui com coerência contra a injustiça eleitoreira que está em andamento.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para contribuir, esse funcionário Ramiro, que está sendo falado, foi demitido pelo Melo, quando a controladoria da Prefeitura descobriu isso aí, só para deixar claro.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz, eu prometi não usar todo tempo, ainda sobra tempo aqui, enfim, uso esse tempo para dizer que é inconcebível duas coisas muito nítidas que estão em andamento. É inconcebível fazer qualquer tipo de defesa a assassinos e terroristas e a injusta ação desse grupo chamado Hamas, e também é inconcebível ficar do lado da injustiça e do assassinato de biografias por questões eleitorais a nove meses da eleição. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h51min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento solicitando a retirada do PR nº 004/23 da ordem de priorização de votação. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 028/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0951/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/23, que altera o *caput* do art. 1º e o 2º da Lei nº 12.951, de 7 de janeiro de 2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). **(SEI 118.00561/2023-87)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 028/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 193/23.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Eu sou contra. Nós combinamos, na reunião de lideranças, que não se passa mais na frente. Qual a urgência de passar na frente?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo e Pedro Ruas.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 193/23 – (Proc. nº 1038/23 – Ver. Cláudio Conceição) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “à ação de descriminalização do aborto, que tramita junto ao Supremo Tribunal Federal”. **(SEI 144.00016/2023-64)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 193/23](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença aqui, meu caro Penalvo, público da TVCâmara. Nós temos, e eu digo respeitosamente, Ver. Cláudio Conceição, uma divergência que V. Exa. conhece bem,

e tanto é divergência que a ação em relação à qual V. Exa. quer uma moção de repúdio é nossa, é do PSOL, no Supremo. Então a divergência é absoluta, digamos, o que não nos impede de respeitar a sua opinião – qualquer opinião contrária é respeitável, mas a nossa é essa. É uma ação nossa, Presidente, porque nós temos mais de 80 mil mortes

confirmadas no Brasil, por ano, de mulheres pobres fazendo aborto, ação que está já com votos da agora ex-ministra Rosa Weber, é uma ação que visa exatamente regulamentar – e não é incentivar, é regulamentar – um direito que possa ser exercido perante a previdência social sob determinadas condições, e isso é muito importante registrar: não é qualquer situação, não é em qualquer momento. Então por óbvio o PSOL, e imagino que outro partidos também, vão fazer um encaminhamento contrário a essa aprovação. Contrário. É uma ação judicial cuja decisão está na corte maior do Brasil, no Supremo Tribunal Federal, já com posição da ex-presidente Rosa Weber, e que tenho certeza, certeza absoluta, independentemente da decisão tomada neste plenário, que não decide essa matéria, ela será vitoriosa em nível nacional no Poder Judiciário, porque é a posição da sociedade, é a posição humanitária, e é a posição de defesa da vida das mulheres. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo, o Requerimento nº 193/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

A Ver.^a Tanise Sabino registra a intenção de ter votado “sim”.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0632/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 360/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que altera o artigo 1º da Lei 4811, de 13 de novembro de 1980, que denomina Praça das Flores um logradouro público. **(SEI 039.00054/2023-41)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, IV, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 360/23. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Hamilton e demais vereadores, isso é um projeto de lei. Eu não costumo fazer muitos projetos desse segmento, de nome de ruas, de praças, mas eu fui procurado pela comunidade do Jardim Lindóia para homenagear um gaúcho, Ver. Pedro Ruas, que fabricou o primeiro carro gaúcho, o Miura, que é o Sr. Gobbi. Ele é uma pessoa que, durante muito tempo, trabalhou nessa área e que veio a construir, depois de algum tempo, a marca Miura, no Rio Grande do Sul. É uma marca que, na época, ficou bastante conhecida. Até nos dias de hoje, nós temos pessoas que seguem usando a marca Miura e, nos anos de 1980 e 1990, foi bastante famosa. Então, é uma marca gaúcha de automóveis, e a comunidade do Jardim Lindóia nos procurou, porque gostaria de homenagear essa pessoa. Inclusive, foi feito um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas das pessoas do entorno da Praça das Flores para trocar, homenageando, então, uma pessoa que fabricou um carro, nos anos de 1970 e 1980, bastante conhecido no nosso Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro. É um carro esportivo e que foi bastante utilizado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Não fui amigo, não tive oportunidade de amizade, mas conheci pessoalmente o Gobbi, um empreendedor extremamente criativo e com muita capacidade de inventar. Na verdade, houve um tempo – V. Exa. é bem mais jovem –, mas houve um tempo em que era até um sinal de *status* em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul possuir um Miura. É o homem que o criou, que criou um automóvel no Rio Grande do Sul... Que eu saiba, a única experiência gaúcha, nesse sentido, com motor a explosão, é o caso do Gobbi, e acho mais do que justa essa homenagem. Parabéns, Vereador.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Além do Miura, o Gobbi, eu também tive a oportunidade de conhecê-lo em vida, foi uma pessoa, um grande empreendedor e também um incentivador dos projetos sociais, participou do Rotary Jardim Lindóia, foi uma das pessoas que ajudou a trazer o 20º Batalhão da Brigada Militar para dentro da comunidade do Lindóia. Então é uma pessoa muito querida por todos ali do Lindóia, e eu fui procurado por essa comunidade para prestar uma homenagem a esse empreendedor que foi um grande empreendedor e incentivador do automóvel, mas também uma pessoa que se preocupou muito com a comunidade do Jardim Lindóia.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Verdade, Ver. Mauro Pinheiro, parabéns pela sua iniciativa. O Gobbi realmente foi um grande incentivador do Rotary, ele participou com a sua liderança e com bens materiais para ajudar aquele bairro, como um todo, e ajudar as entidades assistenciais. As cadeiras de roda que o Rotary Passo D'Areia fazia onde ele pertencia, enfim. É uma homenagem que todos nós devemos ao Gobbi, e V. Exa. foi feliz em propor isso.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, Ver. Cecchim. O Gobbi, também como destaque social, foi também Cidadão de Porto Alegre, um título recebido entre outros vários títulos por esta Casa. Então tem um reconhecimento não só desta Casa, como da cidade de Porto Alegre. A gente vem aqui fazer um apelo para os vereadores, porque a gente precisa de 24 votos. Na verdade, estamos trocando o nome de uma praça que não tinha o nome de uma pessoa, porque isso é bem mais complicado, a praça se chama Praça das Flores e será denominada Praça Itelmar Pierdona Gobbi. Então a gente pede aí o apoio dos vereadores para que a gente possa aprovar essa justa homenagem a um grande empreendedor e um trabalhador social, um rotariano, Ver. Márcio Bins Ely, que tenho certeza muito honra esta Casa e a toda Cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

Vereador Márcio Bins Ely (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Hamilton, eu também quero me somar aos que apartaram o Ver. Mauro Pinheiro, cumprimentar o vereador por essa iniciativa, o vereador que também é rotariano e venho acompanhando aí o seu trabalho, com o nosso lema: “dar de si antes de pensar em si”. Realmente a gente tem uma amizade com Roberto, que é o filho do Gobbi, o Roberto Gobbi, a Miura que ficava aí na frente da Igreja Navegantes, e te cumprimentar pela iniciativa, eu mesmo já fiz projetos dessa natureza. Nós tínhamos ali a Praça da Saudade, aí ficou Praça da Saudade – Doutor Manuel May Pereira. Eu não sei se vai manter a Praça das Flores e o nome dele ou vai suprimir, mas não tem problema nenhum, nós estamos contigo na iniciativa, e acredito que é uma justa homenagem que presta à cidade, através da Câmara à pessoa tão importante que foi o Gobbi e tudo que representou em especial na família Rotária. Cumprimentos pela iniciativa. Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, Ver. Márcio. Então era isso, vereadores, conto com o apoio de todos para a gente fazer esta homenagem a um cidadão de Porto Alegre, um homem idealizador, lutador, empreendedor e que muito ajudou a sociedade de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal o PLL nº 360/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0029/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que cria o Programa de Proteção à Pessoa Idosa – Rede Prata no Município de Porto Alegre. **(SEI 020.00013/2023-63)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 011/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 011/23. O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu Presidente Hamilton; boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara e também nas galerias. O presente Projeto de Lei dispõe sobre a criação do Programa de Proteção à Pessoa Idosa – Rede Prata, no Município de Porto Alegre. O Programa de Proteção à Pessoa Idosa – Rede Prata, objetiva o atendimento às demandas referentes à Pessoa Idosa do nosso município, que estejam sob qualquer tipo de risco e/ou violência, ocasionando vulnerabilidade social. O nome “Rede Prata” é atribuído em razão dos cabelos grisalhos, característica marcante em pessoas com mais de sessenta anos. Ainda, é importante ressaltar, que hoje não há no município de Porto Alegre uma referência para atendimento de denúncias diversas, com posterior acompanhamento, por nenhum dos órgãos envolvidos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Vereador, apenas um registro, um aparte, de elogio à iniciativa de V. Exa., porque, de fato, é um programa necessário, importante. Dentro dos limites legislativos, é o que nós podemos fazer, pela Lei Orgânica, e acho que V. Exa. está de parabéns. Por óbvio, conta com nosso apoio, Vereador.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Muito obrigado, Pedro Ruas. De fato, Porto Alegre já conta com atendimento a denúncias através do Centro de Referência em Direitos Humanos, na Secretaria de Desenvolvimento Social, porém, carece de acompanhamento através de uma rede que se comunique, através de pontos focais, que deem andamento às demandas propostas. Assim, resta evidente que se trata de um Programa focado no atendimento à Pessoa Idosa, sem criação de novos custos, e com resultado importante para a sociedade e principalmente para o público-alvo. Isso é o que trata o projeto.

Sabemos, meu amigo Cecchim, nosso presidente, que para essa gama de pessoas nós precisamos, realmente, dar esse atendimento, dar essa assistência, porque Porto Alegre é a capital onde mais idosos nós temos, e o Estado do Rio Grande do Sul tem 2,1 milhões de pessoas acima de 60 anos. Nós temos que ter programas, nós temos

que nos preocupar com essa população, porque o Brasil, o País está envelhecendo, nós precisamos cuidar dos nossos 60+. Eu agradeço o carinho dos vereadores e peço a aprovação. Obrigado, meu Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 011/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Alvoní Medina, tricolor da cabeça inchada!

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Bem dito. O Ver. Alvoní Medina advogou em causa própria, e eu me senti incluído no seu projeto.

Sr. Presidente, solicito alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLCE nº 016/23 e o PLCE nº 017/23 sejam apreciados imediatamente e em bloco.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Precisamos votar separado, Ver. Idenir Cecchim.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 198/23 na priorização de votação da presente sessão; e que seja a primeira matéria a ser apreciada.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 197/23 na priorização de votação da presente sessão; e que seja apreciado logo após o Requerimento nº 198/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito, vereadora, aguardamos um pouquinho, vamos, primeiro, para o requerimento do Ver. Idenir Cecchim, para que o PLCE nº 016/23 e o PLCE nº 017/23 sejam apreciados imediatamente.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO,** com a manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0853/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/23, que autoriza o Município de Porto Alegre a desafetar e alienar os imóveis ocupados de forma consolidada por núcleo urbano informal para fins de habitação e regularização fundiária para as cooperativas ou associação de moradores que estejam legalmente constituídas. **(SEI 118.00529/2023-00)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Moisés Maluco do Bem: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE nº 017/23](#).

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma questão de ordem brevíssima, Presidente, até porque somos favoráveis ao projeto, apenas para saber se ele tem número mínimo por ser lei complementar ou não?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, como se trata de lei complementar e também de alienação de imóveis, é necessária a maioria absoluta...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Vai precisar que seja nominal?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pode ser ou não, vereador, dependendo se alguém requerer, a maioria absoluta não precisa ser necessariamente nominal a votação. A única que é obrigatória é quando são dois terços.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Não estou requerendo nada. Já me informei, obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas.

Não há quem queira discutir. Em votação o PLCE nº 017/23. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente. Colegas vereadores e vereadoras, prezado público que nos assiste, esse projeto vem ao encontro de uma luta muito antiga, pela qual temos, como legisladores, assim como muitos outros vereadores, que buscar a regularização das, em torno, 720 comunidades irregulares que existem em Porto Alegre. E essas duas comunidades que se situam no bairro Restinga estão em áreas públicas municipais, e existe uma lei federal, desde 2009, que permite ao

Município fazer projetos e/ou repassar as áreas para as comunidades que lá estão, para que regularizem as suas comunidades. Essa comunidade da Morada Nova, que fica atrás do Hospital da Restinga, que foi ocupada lá na década passada, mais precisamente lá em 2012, 2011, desde aquela época, nós já fizemos aí na Câmara inúmeras audiências públicas para que se garantisse a sua continuidade lá e se evitassem os despejos. A Prefeitura de Porto Alegre abriu ação contra essas duas comunidades – Novo Horizonte e Morada Nova – para despejá-los. Ainda bem que a justiça concedeu a possibilidade de permanência nos locais e indicou que abrissem as negociações. E, agora, o projeto de lei – com sensibilidade social – vem para resolvermos e garantirmos ali um assento definitivo. Portanto, o nosso voto é favorável ao projeto, e queríamos dizer ao líder do governo que nós temos muitos outros projetos, muitas outras áreas iguais a essas e que deveríamos fazer uma força-tarefa para que as áreas públicas municipais, que desde a constituição do [Estatuto da Cidade](#), que foi no ano de 2002, portanto já tem 21 anos, criou os termos jurídicos legais para que as comunidades possam ser reassentadas nos locais onde elas estão, desde que o poder público dê um *ok*. E eu aproveito para dizer aqui, Ver. Sossmeier, que também tem uma lei que permite colocar energia elétrica nas vilas irregulares, desde que o Município autorize; e o Município não tem autorizado. Há comunidades imensas, como é o caso da Marabá, que fica no centro da Glória, com mais de mil famílias, que já estão lá há 30 anos naquela área e que não têm energia elétrica legal até hoje, e eles estão pedindo uma permissão da Prefeitura para colocar energia elétrica. Então aqui nós temos, na verdade, 720 comunidades em Porto Alegre, e essas 720 comunidades de Porto Alegre representam hoje mais de 350 mil pessoas – não é pouca coisa –, e essas duas comunidades juntas lá da Restinga são aproximadamente 1.500 famílias. É uma luta antiga de muitos parlamentares, mas principalmente daqueles que defendem a reforma urbana e a regularização fundiária como um direito à moradia e um direito à vida. E aí podemos afirmar que quem não tem endereço não tem cidadania, porque se a pessoa não tem um endereço, ela não recebe uma carta, ela não pode se inscrever num concurso, ela está à margem do processo legal. Sr. Presidente, eu concluo a minha fala dizendo que o nosso voto é favorável e que devemos acelerar os demais projetos que têm potencial em Porto Alegre para regularizar as mais de 720 vilas e comunidades irregulares que temos. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLCE nº 017/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária da Ver.^a Mari Pimentel.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0838/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO N° 016/23, que autoriza o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) a desafetar e alienar os imóveis ocupados de forma consolidada por núcleos urbanos informais para fins de habitação e regularização fundiária para as cooperativas ou associações de moradores que estejam legalmente constituídas. (SEI 118.00523/2023-24)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Moisés Maluco do Bem: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE n° 016/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária da Ver.^a Fernanda Barth.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Apenas uma dúvida, não há debate de mérito neste momento. É uma dúvida. A Ver.^a Mônica Leal certamente deve ter esclarecido, mas eu não. Não está na prioridade, não está na priorização... É que a priorização tem exatamente essa função, de priorizar o que será votado. É só esse registro, só esse registro.

Vereadora Mônica Leal (PP): Sim, querido Ver. Pedro Ruas, porém, a situação faz com que eu peça a priorização devido ao fato ocorrido de urgência. Então, eu peço para colocar em votação esse requerimento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, nós temos uma legislação, uma regra, e a regra define que não pode ser na mesma sessão. Simples assim. Então, por isso que nós estamos contra. Não é por votação, é por Regimento. É só isso. Então, nós queremos que seja respeitado o Regimento, até porque, para que não fiquem tão dispostas a debater, nós só queremos que seja cumprido o Regimento, nada mais.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Solicito, porque o plenário é soberano, que seja colocado em votação o Requerimento n° 198/23, da Ver.^a Mônica Leal e o meu, que é o n° 197/23. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Primeiro será o da Ver.^a Mônica, depois o seu. Por ordem.

Vereadora Mônica Leal (PP): E eu reforço que o plenário é soberano, portanto, fiz esse requerimento para que seja votado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto se algum vereador vai encaminhar.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, só para deixar claro, que é engraçado este plenário aqui e alguns vereadores que fazem seletivamente o que querem ou não. Parabéns ao senhor que mantém a regra de que, independentemente do vereador e do partido, requerimento de vereador deve ser votado no plenário, obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto se algum vereador vai encaminhar.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Hamilton, não é um problema de se vai encaminhar ou não, eu quero saber se a presidência acata, porque não é regimental, claramente não é regimental. Pode questionar a Diretoria Legislativa, porque não é regimental, então, é uma questão de respeitar o Regimento ou não. Os vereadores podem querer passar por cima do Regimento, podem, mas existe o Regimento. E se nós vamos passar por cima do Regimento, cada vez, de acordo com os interesses do plenário, é melhor não ter Regimento. Porque, de acordo com a relação de forças aqui, vai funcionar de uma forma ou outra. Tem Regimento justamente para que a Câmara funcione de acordo com a regra, e não de acordo com a relação de forças, que é circunstancial. Por isso, que eu demando que o Presidente cumpra o Regimento, é isso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o seu registro.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): No próprio Regimento diz que o plenário é soberano, então, eu acho que o senhor tem que colocar em votação e a gente decide no plenário.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Jonas Reis (PT): Só uma correção à Ver.^a Cláudia, o plenário é soberano, mas não está acima do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Mônica

Leal, solicitando a inclusão do Requerimento nº 198/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 198/23 – (Proc. nº 1083/23 – Ver^a Mônica Leal) – Requer seja encaminhada Moção de repúdio “ao ataque terrorista sofrido pelo Estado de Israel, que ocorreu no dia 07 de outubro de 2023”. (SEI 038.00090/2023-14)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 198/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Mônica está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, pessoas que nos assistem; esta moção tem como objetivo repudiar o ataque coordenado pelo grupo militante terrorista Hamas, nesse sábado, dia 7 de outubro de 2023. Conforme notícias, Israel foi bombardeado por cerca – isso no sábado – de 2.200 foguetes em um ataque surpresa, um ataque forte, coordenado pelo grupo militante Hamas. Agora, vou atualizá-los: eu tenho plena consciência, e falo aqui de coração aberto para todos, nós estamos falando de um grupo terrorista, não estamos falando de palestinos. Eu estive em Israel, vou a Israel muitas vezes, sou casada com um judeu, tenho filhos judeus, meu sobrinho está em Israel, minha família mora em Israel, tenho amigos em Israel, o ataque, o ataque foi surpresa, foi forte, foi uma barbárie, crime contra a humanidade. Palestinos trabalham dentro de Israel, sempre foram bem recebidos, eles têm o seu papel em diretorias de hospitais. Eu falo porque vivenciei isso. A guerra é de grupos terroristas que querem destruir Israel; foi promovido esse ataque num feriado judaico, quando as pessoas estavam em rezas nas sinagogas, um grupo que ataca cruelmente a soberania do Estado de Israel e não se preocupa com seu povo, repúdio a esses ataques que são contra a humanidade. É inconcebível que alguém possa justificar esses ataques contra civis, crianças, mulheres, idosos. É com muita tristeza que eu assisti à manifestação do meu colega, Ver. Roberto Robaina, e da deputada Luciana Genro, tentando justificar o injustificável! Coloquem-se no meu lugar, no lugar dessas mulheres, mães, esposas, grávidas, que lá estão e que não conseguem, de forma alguma, encontrar parentes – muitos foram sequestrados; tem pessoas idosas, crianças. Todos estamos consternados com o que está acontecendo, o que aconteceu em Israel. Eu não aceito, de forma alguma, que grupos terroristas ataquem local nenhum. Hoje falo aqui porque o ataque foi em Israel, mas aqueles que me conhecem sabem que jamais defenderia qualquer tipo de ataque; nada justifica essa situação que está acontecendo agora em Israel, que aconteceu e que simplesmente arrasou o Estado de Israel, com pessoas completamente desprevenidas. Questões políticas e internas precisam ser resolvidas de outra forma. Neste momento, o

que nós pedimos é união absoluta para que se resolva essa questão em Israel. E o mundo tem que entender que não há possibilidade de se relacionar com um grupo terrorista, cujo objetivo é somente matar, destruir, sequestrar civis, crianças e fazê-los de reféns, é uma barbárie. Eu não posso admitir que alguém tente, de alguma maneira, politicamente, justificar isso. Meu repúdio a todas as manifestações que tentam justificar esse ato criminoso. E uma outra questão importante: como jornalista, eu falo aqui que existem muitas *fake news*. Prestem atenção: propaganda é diferente de notícias. Importante mais uma vez deixar claro que Hamas é um grupo terrorista. Não há possibilidade de se relacionar com um grupo terrorista cujo único objetivo é matar, destruir, sequestrar e fazer de refém as pessoas que lá estão. A moção tem esse objetivo, não é contra a Palestina, contra os palestinos, é contra um grupo terrorista que simplesmente dizimou israelenses que lá estavam em um feriado judaico. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/23.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos assistem, neste momento, que nos unem na dor, e chama atenção, porque tem coisas que não podem ser relativizadas. Crimes do tipo que foram cometidos da madrugada de sábado até agora não podem ser relativizados. É preciso destacar que, ao encaminhar esta moção – e depois eu vou encaminhar a minha, que é de solidariedade ao Estado de Israel –, mas, ao encaminhar a moção da Ver.^a Mônica, de repúdio ao que aconteceu lá, a gente precisa deixar bem claro que nenhum democrata pode ser contra a criação de um Estado Palestino e que os judeus e Israel nunca foram contrários à criação de um Estado Palestino. Isso está lá atrás nas colocações, quando a ONU criou o estado, era para ter dois. Se não foi levado em consideração e adiante, cobremos da Inglaterra, cobremos de quem estava na presidência da ONU naquela época.

O que nós não podemos admitir é que seja tratado como mera resistência o que nós vimos acontecer. Eu vi as imagens, colegas vereadores, eu tinha amigos na *rave* no deserto, pessoas muito próximas ao meu filho e à minha família. Eu digo para vocês, de 3 mil jovens numa *rave*, 200 foram metralhados, outros tantos levados como reféns. A gente tem relatos de dois *kibutzim* que foram invadidos, e todas as pessoas foram chacinadas; de idosos que foram metralhados em paradas de ônibus. Isso não é resistência. Isso não é resistência, isso é barbárie! Isso é assassinato a sangue frio, isso não é a defesa do estado palestino, isso é um crime contra a humanidade. Deixando aqui muito claro, os palestinos não são representados pelo Hamas; o Hamas é um movimento terrorista, assassino, cruel e bárbaro. A Faixa de Gaza foi evacuada por Israel em 2005 e entregue à soberania da Autoridade Palestina, sob o comando do Fatah. O grupo terrorista Hamas iniciou uma guerra civil, expulsou o Fatah e a Autoridade Palestina de Gaza, tomando o poder de fato em 2007. A Faixa de Gaza, se ela é hoje uma prisão a céu aberto, ela o é como Cuba é, como a Coreia do Norte é, e é por culpa do movimento terrorista que controla a vida dos palestinos que lá vivem. Vinte mil residentes em Gaza cruzam

diariamente a fronteira para trabalhar em Israel, onde o salário para o mesmo trabalho é 7,1 vezes mais alto que em Gaza. Um palestino que trabalha em Israel recebe em um mês e dezesseis dias o que o seu colega precisa de doze meses. Ou, então, um ano de salário de Israel corresponde a sete anos de trabalho em Gaza.

A gente vai adiante: desde 15 de agosto de 2005, não há nenhum judeu em toda Faixa de Gaza, não há policial israelense, nem soldado israelense, nem cidadão israelense, nem político israelense. Cem por cento da população é palestina, 100% das lideranças políticas, policiais, governamentais e religiosas são palestinas. Então, se há regime militar e colonial, ele é claramente feito pelo Hamas contra o povo palestino.

A gente precisa colocar de volta as verdades nos seus respectivos lugares, porque não é admissível, é inconcebível criarem relativismo e narrativas em cima do derramamento de sangue de mulheres que são mortas – eu vi as imagens – e levadas como troféus em picapes, mulheres despidas, mães de famílias; crianças foram mortas. Mulheres que se dizem defensoras de mulheres jamais – jamais! – podem proferir uma frase de defesa a um movimento terrorista cruel e bárbaro como o que atacou Israel nesse final de semana. Esperamos que esta moção seja devidamente aprovada, porque não temos bárbaros, nem terroristas nesta Casa. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/23.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, a revista Veja deu uma informação de que 392 crianças foram mortas, segundo informação da Unicef, no dia 5 de agosto de 2014. Lugar dessas mortes: o território de Gaza. Em 2021, o jornal El País mostrou que a aviação israelense destruiu a casa do principal líder do Hamas: foram 42 mortos, entre eles 10 crianças. As vereadoras não podem realmente respeitar a humanidade e só ficarem penalizadas quando as crianças de Israel, as mulheres de Israel...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Comandante Nádia.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós todos ficamos, eu também fico chocado, mas não se pode fazer demagogia dos efeitos de uma guerra terrível, não se pode utilizar uma tragédia para justificar, isso sim, um processo de massacre que segue em vigor no território ocupado. Agora mesmo, desde sábado até agora... Porque as vereadoras falam como se Gaza, a Cisjordânia e o território palestino fossem um lugar de vida normal, não dizem que Gaza é um território ocupado, onde Israel controla a água, controla os portos, controla os impostos, controla a mobilidade, por isso que Gaza é uma prisão a céu aberto. Por isso que é uma prisão a céu aberto, porque é uma situação de miséria absoluta promovida por uma colonização que já dura 75 anos. Então, é lógico que, com 75 anos de humilhação, o povo palestino tem sido atacado de modo

sistemático. Não há reação da extrema direita quando o povo palestino é atacado, só há propaganda de guerra, propaganda de guerra de Israel, aí este alvoroço!

Nós já, agora – não é em 2014, em 2021 –, de sábado para cá, temos o bombardeio de 100 mil toneladas, 100 mil toneladas de explosivos que estão atingindo sobre Gaza, de sábado para cá. Israel já cortou o fornecimento de água e de alimentos; destruiu a empresa de rede de comunicação, deixando Gaza sem internet; atacou prédios residenciais e está destruindo a infraestrutura como água, hospitais, escolas e eletricidade. Está usando bombas de fósforo branco, arma proibida internacionalmente, arma que queima o corpo ficando só os ossos. Israel matou 90 crianças ao bombardear o hospital neonatal – isso de sábado para hoje –, e as vereadoras não falam disso, não falam que a política de Israel, diante dessa tragédia, é aumentar ainda mais a violência, é aumentar ainda mais a guerra, e os efeitos da guerra. Os efeitos da guerra produzem, sim, todo tipo de tragédia, tragédias que chocam, tragédias que provocam dor. E são essas tragédias que provocam dor que precisam terminar, e para que essas tragédias terminem, é preciso, de uma vez por todas, a comunidade internacional deixar de incentivar a política do Estado de Israel, de ocupação de territórios. É preciso a comunidade internacional deixar de incentivar que a resposta militar seja sempre a resposta dada por Israel diante desse conflito. Esse é o tema! Então, a extrema direita... Eu tenho muita tranquilidade em dizer isso, porque eu tenho uma política totalmente opositora ao Hamas, o Hamas é uma organização que combate todo tipo de direitos civis das mulheres, assim como o governo iraniano. Por sinal, tem gente aqui que ia se unir com essa ideologia, aqueles que dizem que a mulher não tem direito a decidir sobre o seu próprio corpo, que fazem campanhas dizendo que aborto é assassinato, iriam se unir com essas ideologias religiosas que defendem uma política pública de ataque aos direitos das mulheres, mas aqui não está em discussão a ideologia do Hamas, aqui não está em discussão a ideologia da teocracia que governa o Irã. Aqui está em discussão o direito de os palestinos viverem na sua própria terra. Aqui está em discussão o fim de um projeto de colonização que seguiu e que segue esses anos todos. Aqui está em discussão a necessidade de ter paz e, para que se tenha paz, é preciso derrotar esse projeto colonizador. Esse é o tema. Derrotar esse projeto colonizador é o que está em curso em Israel, a tal ponto que uma parte da população de Israel começou a questionar, começou a questionar o governo, o atual governo, que é um governo que tem como característica central propagar o ódio, não garantir nenhum tipo de negociação, ter como política, como estratégia, o extermínio do povo palestino. Essa é a estratégia do atual governo de Israel. Então, aqueles que realmente defendem a humanidade têm que saber que essa é a hora de parar a guerra e a guerra quem está promovendo é o Estado de Israel. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Peço uma consulta à V.Exa., e até me parece que, em nome da agilidade dos trabalhos da Casa, mantendo o

que temos para votar. A Ver.^a Mônica Leal, com prioridade, ingressou com uma moção contra os ataques palestinos. Aí a Ver.^a Fernanda Barth entra com uma moção de solidariedade ao governo de Israel. Eu gostaria que eles fossem votados conjuntamente, porque nós vamos passar a tarde repetindo argumentos na tribuna. Para que sejam votados conjuntamente, só isso, não estou entrando em mérito, não há mérito nesse requerimento, é que eles são, de certa forma, os dois lados da mesma moeda, só isso. Parece lógico, porque esta Casa tem mais coisa para fazer também. Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº198/23 e Requerimento nº197/23 sejam votados em bloco.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Antes de o Ver. Ramiro Rosário fazer uso da palavra, quero registrar que esteve aqui o Dr. Thiago, nosso deputado estadual, e a deputada Fernanda Melchionna.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/23.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Antes de mais nada, agradeço aqui ao líder Gilson Padeiro, vice-líder Conselheiro Marcelo, pela cedência do tempo de liderança. Peço que o Luiz Afonso coloque, por favor, o vídeo que eu passei antes. (Pausa.)

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Essa é a voz de uma das centenas de pais israelenses que, neste momento, sofrem pela ausência da filha que foi ou morta ou sequestrada pelo Hamas. Ontem, eu fiz a minha filha de dois anos e oito meses dormi ao meu lado e, quando ela caiu no sono, olhei para ela e ainda pensei: graças a Deus que vivemos num País onde o terror, onde milícias armadas não cometem, pelo menos não de forma tão organizada, atrocidades como essas e podemos viver no que, talvez, aqui possamos convencionar como segurança. Mas, infelizmente, vivemos num País onde há agentes políticos que defendem este tipo de gente, que passam pano para terrorista, que tem também nos seus discursos nas redes sociais, nas suas mãos, quando vem aqui passar pano para o Hamas, sangue. Políticos, como o Ver. Roberto Robaina, como a Ver.^a Karen Santos, a deputada estadual Luciana Genro, todos, aliás, do PSOL. E vejam vocês, meus colegas, que este tema é tão caro para o PSOL que hoje desembarcou aqui no plenário a deputada federal Fernanda Melchionna, para, talvez, vir manifestar a solidariedade àqueles que tiveram a ousadia de passar pano, de tergiversar sobre os fatos. Não há aqui que vir se falar nesta tribuna, não no dia de hoje, de política colonialista, de criticar a corrente política que hoje governa o Estado de Israel, não, hoje é o dia para nós nos solidarizarmos, para nós mostrarmos para o mundo casos como o de Noa, que foi sequestrada na mesma festa, festa, aliás, repleta de brasileiros, onde os primeiros registros já demonstram que as mulheres foram estupradas ao lado dos corpos de suas amigas e de seus amigos. É para esse tipo de gente que o PSOL vem aqui passar pano? É para esse

tipo de gente que o PSOL vem aqui relativizar um ato terrorista bárbaro que precisa, sim, de uma resposta firme do Estado de Israel e do mundo inteiro. Vem aqui falar das vítimas do lado palestino, é verdade, mas todas as vítimas, todo sangue derramado do lado palestino tem apenas um único culpado, que é o Hamas, com seus patrocinadores, como é a teocracia do Irã. Não somos nós e não é Israel que colocam quartel general em bairro residencial, não somos nós e não é Israel que constroem depósitos de armas e colocam na frente desses depósitos crianças e mulheres palestinas que servem como escudo humano para que, depois, aí sim, venha a propaganda de guerra nojenta, bárbara do Hamas, dizendo que Israel está matando crianças e inocentes. Não! Para cada palestino morto, há um culpado, que é o Hamas com seus defensores. Para as centenas de israelenses que foram mortos, humilhados, ultrajados, seus corpos sendo arrastados nas ruas, também tem culpados, que é o Hamas, com seus patrocinadores. E aqui, no Brasil, esse tipo de gente do PSOL, que passa pano para a barbárie. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu suspendo temporariamente os encaminhamentos à votação do Requerimento nº 198/23, para a sugestão do Ver. Pedro Ruas.

Então, primeiramente, nós temos que votar o requerimento da Ver.^a Fernanda Barth, depois de votado e sendo aprovado, há um requerimento do Ver. Pedro Ruas de nós votarmos em bloco os Requerimentos nº 198/23 e nº 197/23. Os encaminhamentos que já foram feitos do Requerimento nº 198/23 irão se transformar em encaminhamentos em bloco. Consulto às lideranças se há acordo. (Pausa.)

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a inclusão do Requerimento nº 197/23 na priorização de votação da presente sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 198/23 – (Proc. nº 1083/23 – Ver^a Mônica Leal) – Requer seja encaminhada Moção de repúdio “ao ataque terrorista sofrido pelo Estado de Israel, que ocorreu no dia 07 de outubro de 2023”. **(SEI 038.00090/2023-14)**

REQ. Nº 197/23 – (Proc. nº 1082/23 – Ver^a Fernanda Barth, Comandante Nádia, Mônica Leal, Mari Pimentel e Psicóloga Tanise Sabino e Vers. Jessé Sangalli, José Freitas, Pablo Melo e Idenir Cecchim) – Requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao Estado de Israel, em face dos ataques cometidos por grupos terroristas, que ocorreram no dia 07 de outubro de 2023”. **(SEI 212.00085/2023-81)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o bloco formado pelos Requerimentos nºs 198/23 e 197/23. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra, e, particularmente, a deputada federal Fernanda Melchionna, que, ao contrário do que pensa o Ver. Ramiro, não está aqui por este tema, tem outros temas a tratar na Casa e na cidade. A Ver.^a Mônica Leal, ao longo dos anos, se destaca, com o nosso reconhecimento, Ver. Robaina, pela defesa do povo judeu em todos os sentidos. O que nós falamos aqui, a posição do PSOL é a posição de uma análise muito mais global, muito mais abrangente, vereadora, do que simplesmente uma questão pontual, em que ninguém, mas ninguém, defende ataques assim, assim, assado, sequestros, mortes, ninguém defende isso, é óbvio que não. Agora, a análise global importa, porque tem 2 milhões, deputada Fernanda Melchionna, tem 2 milhões de pessoas vivendo num território igual a Gravataí e Cachoeirinha, na Faixa de Gaza. É isso. Hoje pela manhã, Israel cortou a entrada de comida, água e remédios na Faixa, hoje pela manhã. Não há encanamentos, a água vem por cisternas. Essas pessoas, na verdade, não têm credibilidade. Essa moção, com todo respeito, claro, essas moções não vão interferir em nada no problema do Oriente Médio. Em nada, é igual a zero. As pessoas colocam para fora aqui, na tribuna, Ver. Oliboni, os seus pensamentos, as suas magias, os seus credos, enfim, ou a vontade que têm de agradar seus eleitores, coisas do gênero. É importante registrar que a análise global que se faz mostra que há, de fato, a luta por um Estado Palestino, e há pessoas oprimidas há décadas, décadas! Não há manifestações quando as crianças palestinas morrem e são mortas; morrem de fome ou são mortas por balas, balas que vêm do exército de Israel, não é do povo judeu, Ver.^a Mônica Leal, é do exército de Israel, sempre foi dito aqui. Nós colocamos a análise global, porque, nas semanas seguintes, vocês não tenham dúvidas: o que Israel está programando é um inferno naquele lugar, é um inferno. E eu quero ver, não vai ter ninguém defendendo, morrerão muitas pessoas, lamentavelmente, na Palestina, e não haverá ninguém desses que defendem a humanidade, não é? Não defendem coisa nenhuma! Não defendem coisa nenhuma, isso é um deboche, é um deboche, a gente fica até... Eu não ia manifestar hoje, não ia, mas eu fiquei constrangido de ver cada oportunismo, cada coisa mais... Com todo respeito, fica muito constrangedor ouvir calado. Eu não gosto de mencionar vereadores aqui, não menciono. Eu quero concluir dizendo que, quando se examina a reação do oprimido, nós não podemos deixar de lado, nunca, em nenhum período da história, o que foi o período da opressão, as condições da opressão e o que fez o opressor. Nós não podemos deixar de lado. Quem fizer uma análise sem colocar esses elementos na conta, vai sempre ter um juízo prejudicado. Na verdade, quem faz a defesa do opressor, faz a defesa se ele é, aspas, vítima no momento, como quando não é vítima também, ele é sempre defendido, sempre! O opressor poderoso sempre é defendido, em qualquer lugar do planeta, em qualquer época da história da humanidade.

Fica aqui, portanto, o nosso encaminhamento contra ambas as moções, porque elas não refletem o conjunto da situação que está no Oriente Médio. Elas refletem no voto, não na autoria da Ver.^a Mônica Leal, mas no voto que ocorrerá, refletem a forma de vinculação à direita sionista internacional, que vários representantes populares no Estado e no País têm. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passo o comando dos trabalhos ao nosso vice-presidente, Ver. Moisés Maluco do Bem.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23, como coautora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Querido Ver. Moisés, que está presidindo, neste momento, esta sessão; colegas vereadores e vereadoras; desde que foi deflagrada essa guerra, eu, como mãe, como policial militar, como vereadora, tenho me sentido muito mal. Muito mal porque nós vemos de um lado muito tranquilo, daqui onde nós estamos hoje, sentados na Câmara de Vereadores, ou das nossas casas, com toda a tranquilidade, pais, mães, crianças e idosos sendo massacrados. E eu quero dizer que essa moção de repúdio ao Hamas é muito importante, essa moção de solidariedade a Israel é muito importante, e, com todo o respeito que eu tenho ao Ver. Pedro Ruas, não diga que isso está em outra dimensão e que não diz respeito a nós aqui de Porto Alegre, não sejamos finitos na nossa fala de parlamentares, não sejamos finitos naquilo que também, muitas vezes, diz respeito a porto-alegrenses que têm parentes em Israel, que têm amigos. Não sejamos finitos dizendo – e lavando as mãos com sangue de inocentes – que isso não tem nada a ver conosco, vereadores! E que o PSOL faz uma análise mais macro, dizendo que nós, vereadores que colocamos a moção ou que estamos apoiando as moções, temos uma ideia ou um pensamento diminuto; não! Com todo o respeito, não diminua a nossa inteligência, Ver. Pedro Ruas. Não diminua a importância desse ato de Porto Alegre estar dizendo “basta” a guerras. Como policial militar, a vida toda, 28 anos dedicados à segurança pública, sempre busquei a paz, seja na vila, seja na área mais nobre, em qualquer lugar a paz tem que se fazer presente. Nós vivemos guerras, dentro de Porto Alegre, que são infinitamente menores do que a que hoje o povo de Israel está vivendo. Coloquem-se na posição de um pai, de uma mãe, que sabe pelo rádio, pela internet, pela TV que seus filhos foram mortos, estão sendo massacrados, foram sequestrados e hoje são reféns do Hamas, de um grupo – aí, sim! – terrorista islâmico. Um terror islâmico. Eu fico muito envergonhada, muito envergonhada mesmo, de ver vereadores e deputados do PSOL fazerem, escreverem um apoio àqueles que são e que aprontam o terrorismo. Eu quero ver a manifestação à vida. Vem aqui o Ver. Robaina fazer um jogo de palavras, dizendo que quando outras crianças foram mortas, nós também não nos colocamos no

lugar daqueles pais. Gente, é algo absurdo isso que está sendo dito! É uma forma de tentar diminuir aquilo que todos nós deveríamos estar aprovando por unanimidade, contra a guerra, a favor da paz! Seja de palestinos ou de israelenses, mas, por acaso, neste momento, o Hamas, com o terror islâmico, está fazendo a guerra dentro de Israel, num momento em que as pessoas oravam, num momento em que as pessoas estavam com suas almas, seus corpos e mentes voltados a Deus. Gente, a minha solidariedade, minha solidariedade do fundo da alma ao povo de Israel, que enfrenta uma guerra proposta pelo Hamas, grupo terrorista que covardemente atinge civis inocentes. As imagens de uma guerra, senhores e senhoras, para concluir, Presidente, as imagens de uma guerra não são boas, nem em Israel, nem na Palestina, nem no Brasil, em lugar nenhum. Agora, volto a dizer que os parlamentares do PSOL, aqueles mesmos que se dizem pacifistas, aqueles mesmos que são contra o gabinete do ódio, aqueles mesmos que dizem que o amor venceu, se manifestarem a favor de um grupo terrorista, não tem explicação, não tem justificativa. Aliás, basta surgir uma democracia, em meio a ditaduras, que respeita LGBT e não os mata, que respeita mulheres, que recebe e acolhe minorias, que essas mesmas lideranças correm para defender e relativizar o terror. A incoerência é tanta, senhores, que fica evidente que, para os partidos como PSOL e aliados, que se dizem defender minorias, os direitos humanos, as mulheres, as crianças, os LGBTs, o feminismo, a defesa deles só fica no discurso. É “sim” às duas moções. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar o bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23, como coautora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Bom, meus amigos, eu anotei algumas coisas aqui que precisam ser ditas. Em primeiro lugar, essa moção de solidariedade à comunidade judaica que mora em Porto Alegre é uma moção de solidariedade ao Estado de Israel. Quem não vê a importância de aprovar algo assim, já se desumanizou. Quem propaga o ódio são os terroristas e os movimentos que buscam erradicar os judeus e o Estado de Israel do mapa. Nada mais antisemita do que isso. Não há coincidência que o PT, PSOL, parte do PCdoB venham a se juntar nesta pauta, de relativizar o que aconteceu, chamando de resistência palestina, usando o nome do povo palestino. E eu vou além, mostram tremenda ignorância essas deputadas do PSOL ao chamar de resistência palestina. Não leram o estatuto do Hamas, que está na internet, o Hamas rejeita por escrito, em seu estatuto, todas as iniciativas e todos os acordos de paz, está no estatuto da organização terrorista.

Ademais, o conflito não é e nunca foi por causa do território, o Hamas tem por objetivo a destruição do estado judeu e de todo seu povo. É um movimento terrorista e antisemita, não querem o Estado da Palestina, querem um califado, Estado Islâmico em toda a região. Eu aqui provoco um vereador que eu simpatizo muito, o Ver. Giovanni Culau; o Hamas é absolutamente contra o movimento LGBT, o Hamas é absolutamente contra direitos humanos, o Hamas é absolutamente contra o direito das mulheres. Israel

tem a maior parada LGBT do mundo, porque é uma democracia, porque respeita as liberdades individuais, porque respeita os direitos humanos. Israel é um dos únicos lugares do mundo onde as mulheres se equiparam em termos de salário, lá as mulheres prestam serviço militar.

Então, meus amigos, e aqui eu vim ouvir das crianças mortas em 2014, eu não era vereadora, porque se eu aqui estivesse eu também teria me posicionado em relação a isso. O Hamas é o único responsável por colocar a população palestina em risco, é preciso deixar isso muito claro, e eles se escondem como ratos covardes em hospitais, perto de creches, como vimos nas imagens, aliás, como o mundo viu. Não existe maior opressão do que o uso do terror para calar a sociedade civil, então, meus amigos, é preciso passar uma mensagem contundente a essas defensoras e esses defensores de terrorismo, esses relativistas de crimes hediondos. Se você apoia o Hamas, você é terrorista, antisemita e nazista. Essa mensagem precisa ser passada para a sociedade, terroristas não serão tolerados. Crime hediondo, estupro, assassinato, sequestro de crianças, que estavam dentro de gaiolas; isso não é resistência, isso não é o direito à autodefesa do povo palestino, não, não é, não é! Apoiar isso, dizer que é um direito, é relativizar; legitimar, é desumano, é querer justificar o injustificável. São crimes de guerra. Movimentos como Hamas odeiam a sociedade livre, e Israel, meus amigos, é a única democracia na região, onde tem uma das maiores paradas LGBT do mundo – como eu já disse antes, vereador. Então, a ferramenta do Hamas é o terror para desestruturar e tentar destruir o Estado de Israel. E é preciso que a gente chame atenção para isso, Presidente Moisés: um dia após os sauditas mostrarem querer uma paz duradoura com Israel, contrariando os interesses mesquinhos do Irã, eles usaram o nome do movimento assassino, *Dilúvio* de Al-Aqsa, porque os judeus teriam dessacralizados a Mesquita do Monte, onde o povo hebreu já estava há muito mais tempo, o primeiro e o segundo templos já tinham sido construídos lá. Preciso concluir, Ver. Moisés, usar esse tipo de motivo para fazer o que fizeram é mera desculpa. Nós sabemos que existem interesses financeiros tremendos por trás, esse conflito serve para vender armas e ceifar vidas inocentes, foram mais de US\$ 5 bilhões só em mísseis, em dois dias. Um ataque conjunto terra, mar e ar, quantos bilhões existem por trás disso? O interesse, meus amigos, é uma grande guerra; o interesse, meus amigos, é desumanizar Israel, é tornar o terror algo palatável, e isso nós não podemos aceitar. Toda nossa solidariedade ao Estado de Israel e ao povo hebreu. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23, como coautor.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Vou começar aqui lendo a nota da FIRS – Fundação Israelita do Rio Grande do Sul: “A FIRS condena com veemência manifestações como a da deputada estadual Luciana Genro e do Ver. Robaina, que legitimam e justificam o massacre da população civil israelense, perpetrado no dia de hoje pelo grupo terrorista Hamas. A morte de inocentes não pode ser justificada,

relativizada e muito menos comemorada para marcar uma posição política. O terror não é caminho para que haja paz entre os povos”. Só para deixar registrado aqui a nota oficial da FIRS.

Mas eu queria começar o meu discurso falando: qual é a definição de genocídio? Extermínio deliberado de um povo normalmente motivado por diferenças étnicas, nacionais, religiosas ou políticas. No último sábado, nós vimos um ataque deliberado em uma *rave*, onde mais de 200 pessoas foram assassinadas pela origem nacional e pela sua religião, isso não foi um ato típico de genocídio? A maior parte das pessoas que lá estava tinha qual religião? Eram judeus! Judeus mortos pela sua crença. Onde nós vimos isso na história do mundo? No nazismo. Basta para tu te questionares com relação à questão que as pessoas colocam muitas vezes: “Ah, mas o nazismo era de esquerda ou de direita?” E a esquerda política vai lá e sempre fala: “Ah, mas o nazismo era de direita, porque bi-bi-bi, bó-bó-bó, não sei o quê”. Daí eu pergunto: se vocês perguntarem para algum desses esquerdistas que vieram aqui nesta tribuna, o que eles acham dos judeus de Israel, e se eles condenam com veemência o ataque feito pelo Hamas ou não? O que vão responder? Provavelmente vão fazer todo contorcionismo retórico, como fez aqui o Ver. Robaina, para, de alguma maneira, imputar a culpa àqueles que foram assassinados; então, a resposta que eu dou para vocês é: sim, o nazismo é de esquerda, basta perguntar para os colegas parlamentares que defendem a esquerda e, de maneira indireta, os ataques perpetrados pelo grupo terrorista Hamas. Alguém já se perguntou aqui qual é a diferença entre democratas e terroristas? A diferença é que os democratas mandam adultos, homens e mulheres, para protegerem crianças, protegerem mulheres, protegerem idosos; os terroristas sequestram mulheres, estupram mulheres, sequestram crianças, matam crianças, com uma finalidade política. O que aconteceu agora no último sábado foi exatamente isso. Quem defende ou relativiza isso, em nome de uma pauta política, é, sim, nazista; basta vocês verem o posicionamento dos colegas parlamentares de esquerda que relativizam os direitos humanos em nome de uma pauta política, defendendo seus amiguinhos no Oriente Médio, que nunca defenderam nem os direitos dos LGBTs, nem das mulheres, e aqui vêm tentar demonstrar que tem valores, mas na verdade só utilizam as pessoas em favor de uma causa política.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu gostaria de solicitar a vinda do nosso 1º Secretário da Mesa Diretora, Ver. Airto Ferronato, e não a Ver.^a Cláudia como de costume, porque ambos, a Ver.^a Cláudia e eu, somos signatários da proposição; então, é de bom alvitre que quem esteja presidindo não seja signatário, mesmo se tratando de uma moção.

(O Ver. Airto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Ver. Aírto Ferronato, primeira vez que discurso com V. Exa. presidindo os trabalhos, é uma satisfação, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui e acolá, nas redes sociais. Todas as vezes, Ver. Cecchim, que passamos ou passarmos pela Av. Osvaldo Aranha, próxima desta Casa, aliás, nós precisamos sentir muito orgulho desse gaúcho que foi o primeiro presidente da Organização das Nações Unidas e que presidiu a sessão onde o mundo, representado então pela ONU, determinou o assentamento do povo judeu de volta ao seu lugar histórico, como disse a Ver.^a Fernanda Barth, a quem, juntamente com a Ver.^a Mônica Leal, parabenizo pelas moções. A Barth dizia que ali é milenarmente o lugar do povo judaico. Osvaldo Aranha e a ONU tentavam resolver pela via democrática algo que uma guerra não consegue, que uma guerra tentou dizimar os valores humanos e dali também vem a Carta Internacional dos Direitos Humanos, uma guerra que não conseguiu resolver democraticamente os interesses em jogo. Em 1995, Israel se retira da Faixa de Gaza. Quem não se lembra do acordo celebrado inclusive com a presença de Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos, com Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Shimon Peres? Portanto, as tratativas sempre foram democráticas, menos para um partido desta Casa, que, por coincidência ou ironia do destino, tem no seu nome “liberdade”. O PSOL não prega a liberdade. O PSOL prega os seus próprios interesses, haja vista as duas notas nefastas – Ver.^a Robaina, a sua nota foi nefasta; deputada Luciana Genro, a sua nota foi nefasta – de apoio a terroristas, de apoio a bandidos, a sanguinários, a salafários, que tem coragem de botar disparador de míssil em escola pública na Faixa de Gaza. Revisitei, junto com a minha equipe, vossas notas e não há, em nenhum momento, nenhum tipo de solidariedade com os israelenses atingidos. Por quê? É bom lembrar, quem atira o primeiro foguete é o Hamas. Quem inicia o ataque é o Hamas. Aliás, quem era para estar presidindo aquela região era o Fatah, que é o partido árabe constituído legalmente. Se existem tensões políticas, deixe a política resolver. Então eu pergunto: por que o PSOL escolheu ficar do lado de um grupo terrorista, ditatorial, antidemocrático, antisemita? Por que Robaina, Luciana Genro, Melchionna e tantos outros parlamentares, pagos com o dinheiro do povo, não se solidarizaram com esse massacre terrorista? Foram defender os terroristas, que, aliás, fazem com que os seus concidadãos árabes venham a óbito. Por isso é uma questão principiológica, que defendeu Osvaldo Aranha, gaúcho, precursor da diplomacia, e é uma coisa que defende o Partido NOVO, e falo em nome também da minha líder, Mari Pimentel, democrata por excelência: nós estamos do lado da liberdade, sim; nós estamos do lado da democracia, sim. Que o Hamas seja eliminado, custe o que custar; que o Hamas suma da face da terra, custe o que custar; e que a liberdade, a democracia e os direitos humanos possam imperar no nosso mundo. Nosso repúdio a esse apoio que o PSOL faz e nosso apoio a todo o povo lá, os palestinos, os israelenses, as pessoas que querem conviver bem com democracia e com liberdade. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23, como coautora.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, quero saudar o nosso Presidente, os vereadores, os colegas e o público que nos assiste. Hoje, como vereadora, como mulher, como cristã, quero abordar este tema de grande importância e urgência: o terrorismo. Estamos testemunhando uma situação de extrema gravidade em Israel, onde terroristas do Hamas se infiltraram nos territórios do sul de Israel, cometendo atos brutais que resultaram na morte de mais de 800 israelenses, incluindo muitas aldeias e cidades. Além disso, mais de 2 mil pessoas ficaram feridas e centenas delas estão em estado crítico. Essa onda de violência também trouxe um cenário devastador: famílias inteiras foram cruelmente assassinadas, crianças foram vistas em jaulas, sendo zombadas por homens árabes; a maioria dessas crianças será violentada, e depois usada como moeda de troca. Mulheres e idosos foram sequestradas por terroristas do Hamas e levados para Gaza. Isso é um ato covarde, desprezível, é um crime horrível contra a humanidade e que não pode ser tolerado. Como cristã, acredito profundamente na importância de condenar veementemente qualquer forma de violência e terrorismo. O terrorismo é uma ameaça à paz e à humanidade, e não há justificativa para a violência e a destruição que ela traz consigo. É nosso dever como cidadãos de bem enfrentar o terrorismo e as suas formas, e trabalhar incansavelmente para evitar que tragédias como essas possam acontecer. Tenho certeza de que todos lembram da situação, durante anos, da questão dos judeus, do extermínio do povo judeu. Pois então, o Hamas tem em seu estatuto de fundação o fim do povo de Israel, que é massivamente judeu. E tem quem apoie o grupo terrorista de extermínio, como já foi dito aqui nesta tribuna. E me assusta muito ver pessoas relativizando e justificando esse ataque, onde os responsáveis pela violência são tratados com leveza ou até silêncio, o que é uma barbaridade. Alguém pode pensar assim: “Ah, mas eu sou contra o Estado de Israel”. *Ok*, pode ser contra, mas não defenda o terrorismo. “Ah, mas eu sou contra, eu estou do lado da Palestina.” *Ok*, só não defenda o terrorismo. “Ah, mas...” *Ok*, só não defenda o terrorismo. Ser árabe não significa ser muçulmano; não existe uma relação causal entre ser árabe, muçulmano, ortodoxo e ser terrorista. O terrorismo é uma escolha e deve ser combatido com toda a força necessária. Expresso a minha solidariedade e meu apoio à comunidade judaica e apoio ao povo israelense. Também acredito que a maioria do povo árabe deplora os atos terroristas e espero que não permitam que esses atos se disseminem e apoiem este conflito. Israel sabe o que fazer, cabe ao mundo, em especial ao Ocidente, não ser covarde e não abandonar as pessoas decentes que estão sofrendo com este conflito. Quero finalizar trazendo a palavra de Deus em Salmos, Capítulo 122, que diz: “Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam. Haja paz dentro de teus muros, e prosperidade dentro dos teus palácios”. Que Deus possa guiar o mundo neste caminho de paz e reconciliação. Muito obrigada.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente Airto Ferronato; vice-presidente da Casa Moisés Barboza, que, como é subscritor, gentilmente passou a presidência ao nosso Ferronato; nosso diretor legislativo; hoje à tarde, nós ouvimos algumas coisas interessantes. Ver. Tiago, todos querem a paz aqui. Eu vou lembrar de uma pessoa querida da Fatah, o seu Ali, eu não lembro o primeiro nome dele, mas o Ali, pai da Fátima Ali, fazia parte do grupo inter-religioso, junto com o meu querido amigo, o pastor Guershon. Com isso, eu quero separar as pessoas palestinas, muitos são cristãos também lá na Palestina, não são só muçulmanos, mas todos foram calados, essas pessoas que querem a paz foram caladas pelos terroristas, pelos terroristas sanguinários do Hamas. Todos foram calados! Lutaram com armas contra a Fatah, dentro de casa – lutaram com armas contra a Fatah, por isso tomaram conta da Faixa de Gaza. Eles mataram o seu próprio povo. O Hamas matou o seu próprio povo palestino em maior quantidade, para tomar o poder. Briga de irmãos, se é que dá para chamar esse pessoal do Hamas de irmão, são animais, são animais, não são irmãos. Eu tenho certeza de que até o Presidente Lula vai repensar essa amizade com o Hamas, vai repensar a troca de felicitações que tiveram, o apoio que o Hamas deu para o Lula antes da eleição, e isso faz mal para todos os aliados do Hamas, para todos. Ver. Robaina, não é bom ser aliado do Hamas, da luta palestina. Eles têm o direito de ter a sua pátria, mas o Hamas nunca quis. Por quê? Porque eles não admitem a existência do Estado de Israel. Só por isso. Eles não admitem a existência do Estado de Israel, por isso não tem a pátria Palestina, senão já estaria selada a paz na região. Eu estou desconfiado – desconfiado não, tenho certeza – de que os líderes do Hamas moram em Dubai, moram no Catar, em palácios nababescos – nababescos! –, e deixam seu povo atirado de bucha de canhão. Agora, Ver.^a Mônica, eu não tenho parentes lá em Israel, mas eu conversei ontem com o professor Jorge Ignácio, que estaria indo para lá ontem, porque a sua filha, a Aline, está ganhando bebê nesses dias, e o pai não pôde ir para lá. Então, o que esses sanguinários fizeram de horror lá e estão fazendo aqui não tem como mensurar. Sanguinário é sanguinário. O Hamas é sanguinário, e aqueles que o defendem sujam sua mão de sangue também; pior, sujam a sua cabeça de sangue, porque reverberam os bandidos que fazem o que fizeram esses sanguinários nesse final de semana. Obrigado.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, esta moção, primeiramente eu quero dizer aqui que bolsonaristas não têm moral alguma para falar em sanguinários, para pedir paz, porque bolsonaristas declararam

guerra contra o seu próprio povo, o povo brasileiro. Genocídio, mortes lá nos yanomami – começamos por lá –, devastação dos biomas nacionais, fome e miséria; mais de 30 milhões de pessoas passando fome! Esses são os bolsonaristas! Vocês não têm moral alguma para pedir paz, para pedir: “Salvem Israel! Salvem fulano...” Não, vocês não! Outros, que não são bolsonaristas, podem, esses sim, pedir paz, pedir não à guerra, pedir reconhecimento dos injustiçados. Agora, quem esteve no palanque de Bolsonaro tem as mãos sujas, tem as mãos podres, não só as mãos, tem a trajetória manchada de vergonha nacional, de alguém que ia, inclusive... Olha só que curioso: Bolsonaro ia para as arábias e voltava cheio de joias! Que interessante! Lá, no Oriente Médio, os bolsonaristas iam e viam com quê? Relógios de ouro, relógios baratinhos, povo de Porto Alegre, só R\$ 95.000,00. Colares que eles queriam desviar, que eram patrimônio nacional, presentes dados que eles queriam levar para casa! Olha, queriam assinar assim: era só uma bijuteriazinha, bijuteria de 18 quilates! Que maravilha! E, principalmente, a quem botou uma foto do Lula ali, querendo misturar o Lula; o Lula é pela paz, o Lula tem ido a todos os cantos do Brasil pedindo paz, para pacificar o Brasil, enquanto vocês, aves de rapina, são vorazes pelo ódio, pela raiva. Esse descontentamento, essa inconformidade que vocês têm, vocês foram derrotados no ano passado e vocês continuam sendo derrotados nas ruas, como foi esse final de semana. O Bolsonaro foi lá juntar meia dúzia de “gado pingado” e ainda disse no microfone: “Pois é, né, gente, está difícil, estão nos perseguindo. Tu vê, a justiça está prendendo”. Aí vocês vêm aqui, por favor, gente, vamos respeitar. O Lula botou assim na internet, Ver. Cecchim, leia, @lulaoficial: “Fiquei chocado com os ataques terroristas realizados contra civis em Israel, que causaram numerosas vítimas. Ao expressar minhas condolências aos familiares das vítimas, reafirmo o meu repúdio ao terrorismo e qualquer de suas formas”. O PT é isso, o PT quer paz, nós somos emissários da paz, enquanto o bolsonarismo é do ódio, da raiva, do rancor, da miséria, da fome, da injustiça. É, esse Brasil do passado não nos serve mais, por isso foram derrotados. Enquanto vierem a esta tribuna dizer contra uns e outros, isso é uma vergonha. Vocês devem vir aqui pedir paz no mundo, não ao terrorismo em todas as suas formas de existência, não ao ódio, sim ao amor, à paz. Eu quero reiterar para vocês: por isso que o amor venceu no ano passado, porque nós não queremos nem palestinos mortos, nem israelenses, nós não queremos ninguém morto. Tem gente que veio aqui e não pediu pelas vidas dos palestinos, que também estão morrendo. Parece que, para algumas pessoas, umas vidas valem mais do que as outras. Isso é, no mínimo, curioso, para não dizer outra coisa. Eu quero encerrar a minha fala dizendo o seguinte: botem a mão na consciência, porque, enquanto vocês estão vindo nesta tribuna falar isso, nós temos mais de 30 mil porto-alegrenses na miséria em Porto Alegre, e vocês gastaram três horas para defender aqui só o povo israelense. Vocês não gastam 30 minutos da vida de vocês para ir aqui na Vila da Pedreira, no bairro Cristal, para matar a fome dos injustiçados ali que não têm onde morar, que não têm posto de saúde aberto, que não têm educação! Vinte e nove mil crianças sem escola, porque o prefeito não constrói escola. Isso não indigna vocês, indigna vocês apenas o Hamas. Nós, do PT, somos contra o Hamas, se faltava dizer

isso aqui. Nós não somos a favor de morte, nós não somos a favor de guerra, porque quem é a favor de guerra envergonha o povo desta cidade.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, o bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23. (Pausa.)

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Vamos devagar! O que está acontecendo? Estamos no meio da votação, não seria permitido isso.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Vamos manter a compostura. Estão suspensos os trabalhos da presente sessão.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h50min.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): (16h53min) Estão reabertos os trabalhos. Vamos acalmar os ânimos. Vamos votar as duas moções.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, o bloco composto pelos Requerimentos n^{os} 198/23 e 197/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h56min.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): (16h57min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Uma questão de ordem, Presidente. Eu gostaria que os vereadores todos escutassem. Aqui nós temos assessores, o assessor da comunicação que filma, que tira fotos, vai fazer isso com o seu vereador. É inadmissível, querido Ferronato, que está presidindo agora, que o assessor de outro vereador venha querer filmar a mim, a Ver.^a Biga, ou seja qual for o vereador aqui. Isso é inadmissível, é uma questão antiética e que nós não podemos deixar se criar nesta sessão plenária. Mais do que isso, o assessor do Ver. Jonas está com o cartão de comunicação, que serve apenas para estar aqui dentro para fazer a filmagem e as fotos da sua fala, vereador, não a dos outros. Além de ele estar errado aqui dentro, com o cartaz de comunicação, que serve apenas para filmar o seu vereador, está aqui fazendo filmagens

de outros vereadores. Por favor, vereadores, se o senhor for filmar a Ver.^a Biga, eu tenho certeza de que ela vai se indignar.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Vou responder o seu questionamento, vereadora, compreendendo que a senhora está certa. Essa é uma posição minha, e nós vamos tratar desse assunto na Mesa, na reunião de quarta-feira, para ver como é que nós vamos... A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento n°199/23 na priorização de votação da presente sessão. Trata sobre esse debate todo que nós estamos fazendo aqui. Nós queremos a paz, é sobre a paz.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente desta sessão, Ver. Airtó Ferronato. O que nós vimos aqui hoje é inadmissível. Nenhum vereador pode apontar o dedo em riste para quaisquer servidores públicos da Casa, sejam comissionados ou concursados. O que aconteceu aqui é uma vergonha para o Parlamento, e nós vamos tomar todas as medidas cabíveis, porque partiram para cima de um assessor meu. Isso nós não vamos aceitar.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Feito o registro, Ver. Jonas.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. N° 199/23 – (Proc. n° 1085/23 – Ver.^{as} Biga Pereira e Karen Santos e Vers. Giovani Culau e Coletivo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Jonas Reis) – Requer seja encaminhada Moção de solidariedade “às vítimas do conflito instalado na Faixa de Gaza, em defesa da paz”. (SEI 299.00158/2023-68)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação o [Requerimento n° 199/23](#). (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Para deixar bastante nítido o que motivou a Ver.^a Biga Pereira, eu e os demais colegas signatários deste requerimento, é que dadas as moções aprovadas, na tarde de hoje, pela Câmara, nós entendemos que a Câmara Municipal de Porto Alegre não pode se posicionar de modo parcial, sem uma compreensão global do grave conflito que hoje nós debatemos. O que

nos motiva a apresentar esta moção é a centralidade na defesa da paz e uma solidariedade que seja também aos palestinos, vítimas da escalada desse conflito. É por essa razão que, na nossa exposição de motivos, deixamos claro, lamentamos e nos solidarizamos igualmente com todas as vítimas dessa escalada, israelenses, palestinos e palestinianas. Compreendendo que a defesa da paz deva ser o nosso compromisso coletivo, também reafirmamos aqui a defesa do reconhecimento do Estado da Palestina independente como imprescindível para a paz na região. Muito obrigado.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 199/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Presidente, o que que está escrito aqui? “Moção de solidariedade às vítimas do conflito instalado na Faixa de Gaza, em defesa da paz.” Eu entendo que qualquer atividade que lute pela paz é importante, só que não tem como tu falares em paz agora, enquanto tu tens pessoas sequestradas que não foram devolvidas às suas casas. Então, falar em paz agora é defender os sequestradores, não faz sentido defender os sequestradores enquanto eles não entregarem de volta os reféns. Fica aqui essa observação, porque o que foi dito pelo vereador não corresponde ao que está aqui na moção que ele apresentou.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 199/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, eu estou vendo o texto da moção, e me parece que há uma evolução democrática e legislativa da esquerda – até saúdo isso –, mas se de repente alguém lá do PSOL que propôs, não sei se o Ver. Giovani Culau e Coletivo... No primeiro parágrafo diz que as bancadas do PCdoB, PT e PSOL condenam os ataques realizados ao povo civil como resposta ao contra-ataque. O que seria? Eu queria saber porque está no texto, e eu confesso... Assim, é de coração aberto, pessoal, se vocês pudessem explicar para a gente entender. O resto, estou discutindo com pessoal do NOVO. Nós tendemos a votar “sim”, porque os civis mortos são o que interessa, mas contra-ataque, não sei, ataque, contra-ataque. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário e pelo Ver. Jessé Sangalli, o Requerimento nº 199/23.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, antes das votações, Ver.^a Mônica, acho que é um comunicado importante aos demais vereadores e vereadoras, nós pactuamos a supressão desse termo, levantado pelo Ver. Tiago, para que possamos votar de modo consensual aqui na Câmara a defesa da paz na região, e solidariedade ao conjunto das vítimas, tanto israelenses, quanto palestinos e palestinianas.

Fazemos a supressão do trecho citado pelo Ver. Tiago, e reforço que nós votamos, acima de tudo, antes da justificativa, o título da moção.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Feito o registro.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, não tem como, não é, Luiz Afonso? Não tem. Segundo a nossa Diretoria Legislativa aqui, não é possível mudar durante a votação. Eu sugiro que se retire da votação; que ele, se quiser, refaça, reapresente; aí, sim, coloque em votação.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): A Ver.^a Mônica Leal pede que seja feita a leitura o requerimento de moção de solidariedade. O nosso diretor Luiz Afonso vai fazer a leitura do requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura.) Moção de solidariedade. As bancadas do PCdoB....

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): É só olhar o Regimento. Ninguém aqui vota justificativas. Como assim? Vota-se em justificativa? Essa palavra está na justificativa, e o Giovani, vereador, daqui retirou. É uma questão, portanto, de aceitar a vontade que o que está se propondo, gente, é a paz. Simples assim.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): É retirar, retirar aquele parágrafo. Nosso diretor Luiz Afonso vai ler, em primeiro lugar...

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): É antirregimental mudar a justificativa durante a votação, não é, Presidente?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que, na verdade, a justificativa não é propriamente a que se vota. O que se vota é a proposição.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Mas vai alterar o texto durante a votação...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Então, é indiferente...

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Só para saber, porque, quando for, eu vou exigir, então. Para fazer uma adaptação do texto durante uma votação, eu vou exigir quando for minha vez. Então, está resolvido.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não é isso, vereador. É que, na verdade, é assim. Em um projeto...

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Então, não pode. Então, acho que a gente pode esperá-la mudar o texto e reapresentar... Nós a aguardamos, porque está no acordo nós a esperarmos para reapresentar. Ela reapresenta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que, em um projeto, assim como em um requerimento, as justificativas não são propriamente os elementos que são votados. O que é votado é a proposição propriamente dita. Obviamente que o texto que está ali está ali, enfim, mas o que é votado de fato... A justificativa – na verdade, a exposição do motivo –, as justificativas são elementos de convencimento, na verdade.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Sendo assim, o que será votado é moção de solidariedade às vítimas do conflito instalado na Faixa de Gaza em defesa da paz. É isso que nós colocamos aqui para a votação dos nossos nobres colegas.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário e Jessé Sangalli, o Requerimento nº 199/23 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 9 votos **SIM**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h11min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *